PIAUÍ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIII - 114º DA REPÚBLICA | Quinta-feira, 18 de março de 2004 - Nº 051 | TERESINA - PI

Wellington prestigia posse do novo presidente da Codevasf

Posse de Luís Carlos Everton

O governador Wellington Dias prestigiou, nesta terça-feira (16), no auditório da Codevasf, em Brasília, a solenidade de posse do novo presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Luís Carlos Everton de Farias, que substitui Francisco Guedes Alcoforado.

Segundo o governador, foi ele quem indicou o nome de Farias, que também é piauiense, ao presidente Lula. "A posse de Farias é mais uma demonstração do prestígio do Piauí junto ao Governo Federal", disse.

De acordo com o novo presidente da Codevasf, a principal meta de sua gestão será a viabilização do Plano de Integração do Vale do Parnaíba. "Meu compromisso é fazer com que a empresa cumpra sua missão de inserir os Vales do São Francisco e do Parnaíba no processo de desenvolvimento do País, através de ações que possam aproveitar recursos da água e do solo e provocar os resultados que a sociedade espera e almeja", destaca.

A posse do novo presidente da Codevasf foi prestigiada por um grande número de deputados e senadores. Marcaram presença ainda o ministro da Integração, Ciro Gomes, e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, além do presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Vilmar Lacerda.

Nesta quarta-feira (17), Wellington Dias esteve em Fortaleza para participar de reunião com o presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva.

Ministério da Integração garante liberação de recursos

O assessor especial do Ministério da Integração Nacional, Oman Carneiro, garantiu que os recursos que Teresina, a capital do Piauí, precisa para construir 450 casas que foram destruídas pelas chuvas serão liberados ainda este mês. Ele afirmou que o pedido de R$ 58 milhões, conforme exigia o plano de emergência assinado pelo prefeito Firmino Filho (PSDB), não foi liberado por não refletir a realidade da quantidade de casas destruídas pelas enchentes dos rios Poti e Parnaíba.

Carneiro explicou que o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades vão liberar R$ 33,766 milhões para a construção de 5.022 casas destruídas pelas inundações em 108 municípios de 15 estados, cujos planos de trabalhos foram apresentados à Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) até o último dia 8 deste mês de março. Esse recurso é apenas para atender um terço do número total de casas destruídas nos 17 estados atingidos pelas inundações, que é de 16.981 unidades.

"No caso de Teresina não foi liberado de imediato porque foi detectado um erro grosseiro no plano de emergência assinado pelo prefeito Firmino Filho", disse o assessor especial do ministro Ciro Gomes.

Ele afirmou que o plano de emergência apontava a destruição de quase cinco mil casas destruídas pelas chuvas. No entanto, foram constatadas pelo grupo de trabalho ligado ao Ministério da Integração apenas 45 unidades em Teresina. "Prefiro acreditar que trata-se de um erro da equipe do prefeito do que uma tentativa de enganar o governo federal superavitando os números", argumentou.

Recursos de três programas federais

Os recursos para a construção das casas destruídas pelas enchentes são oriundos de três programas orçamentários do Ministério das Cidades (Habitação de Interesse Social, Melhoria de Habitações e Apoio ao Desenvolvimento Urbano), todos operacionalizados pela Caixa Econômica Federal.

Oman Carneiro fez questão de esclarecer que o Estado do Piauí tem sido um dos estados mais contemplados pelo Ministério da Integração Nacional, tanto pelo prestigio que tem o governador Welligton Dias, quanto pelo empenho pessoal do ministro Ciro Gomes, que sabe que o Piauí tem que ter um tratamento diferenciado pela grande dívida que o governo da União tem ao longo dos anos para com o Estado.

"Em 2002, o Piauí recebeu de resto a pagar R$ 24 milhões. Em 2003, R$13 milhões. No Orçamento de 2004, o Estado receberá tudo o que tem direito no Ministério da Integração Nacional", adiantou, acrescentando que, até o final do mandato do presidente Lula, o Piauí terá alcançado o seu pleno desenvolvimento e se destacará como um dos estados mais importantes do Nordeste.

Plano de Turismo do Piauí é aprovado no Prodetur II

Reunião em Fortaleza

O governador Wellington Dias e o secretário do Planejamento, Merlong Solano, participaram, nesta terça-feira (16), em Fortaleza, de uma reunião com todos os demais governadores do Nordeste para tratar sobre o Prodetur II. O Piauí, assim como outros estados nordestinos, com exceção do Rio Grande do Norte, está em processo de habilitação para assinatura do subempréstimo com o Banco do Nordeste (BN), mutuário do Programa. Participaram também o presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Henrique Iglesias, o ministro doTurismo, Walfrido Mares Guia, e o presidente do BN, Robert Smith.

Como uma das etapas do acordo para a assinatura do contrato de subempréstimo do Prodetur II, o Piauí já elaborou e apresentou ao Banco do Nordeste o PDTIS - Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, analisado e aprovado com ressalvas pelas instituições financiadoras.

Esse plano define os projetos prioritários para desenvolver o turismo no litoral. O Pólo Costa do Delta, escolhido como área de atuação do Prodetur II, abrange os quatro municípios litorâneos piauienses (Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande) e a capital, Teresina.

Um dos objetivos do PDITS é fortalecer a capacidade municipal de gestão do turismo, com ações como o gerenciamento de resíduos sólidos, recuperação de parques ambientais, urbanização de orlas e sinalização turística.

O Plano vai atuar, também, na área de planejamento estratégico, treinamento e de infra-estrutura específica para o crescimento turístico. Para isso, estão previstas obras de saneamento básico e recuperação de estradas, além da capacitação profissional. E, por último, para a promoção de investimentos do setor privado, o PDITS prevê um plano de marketing turístico e um programa de promoção de eventos escolhido como área de atuação.

Governadores querem maior flexibilização

Na reunião desta terça-feira, em Fortaleza, os governadores nordestinos aproveitaram para pedir uma maior flexibilização das condições exigidas pelo BID para a assinatura dos contratos de subempréstimo como, por exemplo, a exigência de que todos os municípios envolvidos no Programa apresentem previamente seus respectivos planos diretores.

Os governadores propuseram que os planos sejam elaborados paralelamente à implantação das ações do Prodetur II. Hoje, apenas o Rio Grande do Norte assinou o contrato, durante a reunião. O Piauí faz parte do segundo bloco de estados, junto com Pernambuco, Ceará e Bahia, ou seja, estados que já tiveram o PDTIS analisado e aprovado, com algumas ressalvas. Do terceiro bloco fazem parte os estados que ainda estão em fase de elaboração do Plano. Os representantes das instituições financiadoras ficaram de analisar as propostas apresentadas pelos governadores.

Com a apresentação do PDTIS, o Governo cumpriu mais um dos pré-requisitos exigidos pelo BID, responsável pelo financiamento de 60% dos recursos do programa. (O governo federal financia 20% e o restante corresponde à contrapartida estadual).

Para a assinatura do contrato do Prodetur II, o Piauí, assim como os demais estados do segundo bloco, deverá apenas fazer os ajustes do PDITS, sugeridos pelas instituições financiadoras. "Nós estamos em igualdade de condições em relação a outros estados que atingiram o máximo de desenvolvimento das ações na primeira fase do programa", avalia o secretário do Planejamento, Merlong Solano.

LEIS E DECRETOS - PÁG. 02 • PORTARIAS E RESOLUÇÕES - PÁG. 03 • LICITAÇÕES E CONTRATOS - PÁG. 07 • OUTROS - PÁG. 09